

ARBITRÁRIAS E GRAVOSAS ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DA FACULDADE DE DIREITO

— considera a Associação Académica de Coimbra

A Associação Académica de Coimbra (AAC) considerou «arbitrárias e extremamente gravosas» as alterações ao regulamento da Faculdade de Direito de Coimbra propostas pelo Conselho Directivo.

Os dirigentes da maior associação estudantil do país, que congrega cerca de 13 mil estudantes, denunciaram em comunicado que o pro-

jecto de regulamento interno elaborado pelo Conselho «prescreve a extinção progressiva das frequências das cadeiras semestrais». Afirma ainda que o conteúdo do novo regulamento aponta para a «punição do uso dos sanitários nas provas escritas com obrigatoriedade de a nota final ser inferior a dez valores» (o que implica presença obrigatória na prova oral).

Nesse sentido denunciaram também que o Conselho Pedagógico da mesma faculdade, «maioritariamente composto por professores, aprovou o projecto e agravou-o consideravelmente, com oposição de todos os alunos presentes».

«Se o parecer deste pro-

jecto for aprovado, no próximo ano bastará a presença na primeira frequência, mesmo desistindo, para que se perca uma época de exame final e a utilização dos sanitários será ainda mais penalizada, podendo conduzir à anulação da prova» — sublinharam.

«Além disso, o Conselho Pedagógico irá propor a introdução de um regime de prescrições e de um severíssimo quadro de precedências» — acrescentaram.

Para a AAC, este regulamento visa «fazer da faculdade um clube de «élite» e emprestar-lhe «uma aura de fama fácil cedida pelo número de reprovações».

Concluem não aceitar «como factos consumados alterações arbitrárias e extremamente gravosas para os estudantes de Direito, desacompanhadas de uma revisão global das condições de ensino».

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Conflicto - Estudantes
Univ. Coimbra